

INSTRUÇÕES Nº 01/04**• Aprovadas pela Resolução nº 07/04**

Dispõem sobre normas disciplinadoras da remessa de processos de aposentadoria e pensão dos servidores municipais.

Art. 1º - A remessa de processos de aposentadoria e pensão concedidos aos servidores municipais deverá observar as normas estabelecidas nestas instruções.

Art. 2º - Observado o prazo de 60 dias após a concessão do benefício da aposentadoria ou da pensão, serão remetidos ao Tribunal de Contas, para apreciação de sua legalidade e conseqüente registro, os processos a eles relativos.

§ 1º - Somente serão encaminhadas para análise as alterações posteriores que modifiquem a fundamentação legal dos atos concessivos.

§ 2º - Para efeito do disposto no § 1º, consideram-se alterações posteriores os atos que impliquem modificação da situação da aposentadoria ou pensão, inclusive no tocante ao percentual dos proventos ou pensões ou composição desses proventos ou pensões e também a inclusão, exclusão, transformação ou alteração de benefícios.

§ 3º - Após a aprovação e registro das aposentadorias e pensões pelo Tribunal, qualquer alteração só produzirá efeitos mediante prévia apreciação da Corte de Contas, nos termos da Súmula nº 6, do Supremo Tribunal Federal.

§ 4º - Não serão remetidos ao Tribunal de Contas atos expedidos em decorrência de leis editadas posteriormente às aposentadorias ou pensões, tais como:

I – que dispõem sobre planos de cargos e reestruturação de carreiras;

II – concessivos de aumentos ou reajustes de vencimentos ou de benefícios ou abonos;

III – decisões judiciais que outorguem benefícios aos servidores após sua aposentadoria ou morte.

Art. 3º - É indispensável à análise e julgamento das aposentadorias e pensões a junta dos seguintes documentos:

I – requerimento em formulário próprio, conforme modelo constante do Anexo I, devidamente preenchido em todos os seus campos;

II – certidão de nascimento ou cópia de outro documento comprobatório de identificação previsto em lei, para fins de prova da idade necessária à aposentadoria;

III – laudo médico comprobatório, se a aposentadoria resultar de invalidez, devendo ser especificado, claramente, se a moléstia se enquadra nas determinantes de proventos integrais ou proporcionais, constando nomes, assinaturas e números dos registros no Conselho Regional de Medicina (CRM) dos componentes da junta médica e Código Internacional de Doença (CID), devidamente homologado pela autoridade competente;

IV – informativo do cumprimento das condições previstas para as diversas modalidades de aposentadoria constantes dos Anexos II a VI;

V – certidão de tempo comprobatória da incorporação/ permanência de benefícios, de acordo com o formulário constante do Anexo VII;

VI – cópia autenticada, pela autoridade competente, da decisão judicial ou outro documento cadastrado na unidade, que evidencie o beneficiário, a natureza e a extensão do benefício pecuniário garantido, na hipótese de o valor fixado nos proventos resultar de cumprimento de decisão judicial (execução provisória ou transitada em julgado);

VII – demonstrativo de cálculo de proventos, de acordo com os formulários constantes dos Anexos VIII, de “A” a “G”, bem como cópias do último hollerith e do primeiro após a aposentadoria, especificando as rubricas de pagamento que compõem os proventos e seus respectivos valores em moeda vigente no momento do ato;

VIII – despacho de aposentadoria exarado pela autoridade competente e respectiva data de publicação no DOM;

IX – título ou portaria nos moldes dos formulários constantes dos Anexos IX ou X, contendo o nome do servidor e dados funcionais, o fundamento legal, a relação de benefícios que integram os proventos ou o valor da parcela única, conforme o caso, o percentual dos proventos, a data da concessão e publicação da aposentadoria;

§ 1º - No caso de tempo de serviço/contribuição ao regime previdenciário geral ou próprios de outros entes federativos, deverão ser anexadas:

I – cópias, com a devida autenticação administrativa, de todas as certidões de contagem de tempo de serviço/contribuição averbado;

II – cópias, com a devida autenticação administrativa, da publicidade do ato no DOM;

III – cópias, com a devida autenticação administrativa, de comunicação ao INSS ou ao ente federativo mantenedor de regime próprio, quanto à averbação, para fins de aposentadoria, de tempo de serviço/contribuição prestado pelo servidor sob aqueles regimes, indicando o tempo computado;

IV – declaração da autoridade competente quanto ao tempo de serviço/contribuição do (a) professor(a), em efetivo exercício de magistério na educação infantil, ensino fundamental e médio, nos casos de aposentadoria voluntária especial.

§ 2º – Documentos fornecidos pelos órgãos ou entidades gestoras dos regimes de previdência aos quais o servidor esteve vinculado, que comprovem os valores das remunerações a serem utilizadas na base de cálculo dos proventos, cuja expedição deverá ter sido confirmada pela unidade concedente da aposentadoria.

§ 3º – Todos os documentos serão datados e assinados pelo servidor competente, ao qual caberá a responsabilidade, na forma da lei, pela fidelidade e correção dos dados certificados ou declarados.

Art. 4º – O processo de pensão deverá conter:

I – requerimento dos beneficiários do instituidor,

II – certidão de óbito;

III – certidão de casamento (se for o caso);

IV – certidão de nascimento dos filhos e, se for o caso, de beneficiários do instituidor;

V - declaração do beneficiário de que não tem economia própria, quando a lei assim o exigir;

VI – cópia autenticada, pela autoridade competente, da decisão judicial, ou outro documento cadastrado na unidade, que evidencie o beneficiário, a natureza e a extensão do benefício pecuniário garantido, na hipótese de o valor fixado na pensão resultar de cumprimento de decisão judicial (execução provisória ou transitada em julgado);

VII – cópia autenticada, pela autoridade competente, de decisão judicial ou parecer administrativo, aprovado pelo Superintendente do Instituto, que atribua ao pensionado a qualidade de beneficiário, quando for o caso;

VIII – cópia autenticada, pela autoridade competente, do demonstrativo de pagamento (hollerith do mês do óbito ou do mês anterior ao óbito);

IX – Certidão de tempo comprobatória da incorporação/permanência de benefícios, de acordo com o formulário constante do Anexo VII, emitida pelo órgão de origem do servidor;

X – despacho da concessão da pensão exarado pela autoridade competente e respectiva data de publicação no DOM;

XI – relatório da pensão, indicando-se com precisão a fundamentação legal, de acordo com o Anexo XI.

Art. 5º - A observância das disposições destas instruções não exime os servidores responsáveis de atender às determinações do Tribunal, sempre que for constatada a necessidade de esclarecimentos ou dados complementares indispensáveis à instrução dos feitos.

Art. 6º - Fica reservada aos servidores especialmente designados a promoção de diligências para coleta de dados, documentos ou outros elementos indispensáveis à complementação instrutória dos processos de aposentadoria e pensão.

Art. 7º - O prazo para correção de quaisquer irregularidades constatadas e determinadas pelo Tribunal nos atos de aposentadoria e pensão é de 120 dias, prorrogável por uma única vez, a critério do Conselheiro Julgador, mediante justificativa, sob pena de responsabilidade funcional.

§ 1º - Se a correção implicar redução de proventos ou pensões, a Unidade deverá observar o devido processo legal, assegurando-se ampla defesa ao beneficiário, previamente à alteração determinada.

§ 2º - Se desaprovada a aposentadoria ou pensão, negado o seu registro e na hipótese de a origem não providenciar a devida regularização, em havendo lesão ao erário, o Tribunal representará ao Ministério Público quanto à ilegalidade ocorrida.

Art. 8º - Esta instrução entrará em vigor 90 dias a contar da sua publicação.

Parágrafo único - Enquanto não escoado o prazo de que trata o “*caput*”, aplicam-se as normas vigentes aos processos de aposentadoria e pensão concedidas até o término do referido prazo.

Plenário Conselheiro Paulo Planet Buarque, 7 de dezembro de 2004.

a) Antonio Carlos Caruso – Presidente; a) Edson Simões – Vice-Presidente; a) Eurípedes Sales – Conselheiro; a) Roberto Braguim – Conselheiro; a) Maurício Faria – Conselheiro.

Publicadas no DOM de 8/12/04, p. 82

ANEXO I
(ESPECIFICAR O ÓRGÃO DE ORIGEM)
REQUERIMENTO DE APOSENTADORIA

1. IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR:

NOME: _____
CARGO/FUNÇÃO: _____ REGISTRO FUNCIONAL: _____
PADRÃO/REFERÊNCIA _____ TIPO DE CARGO/FUNÇÃO: _____
RESIDÊNCIA: _____ TELEFONE: _____
BAIRRO: _____ CIDADE: _____ CEP: _____
E-MAIL: _____

2. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE:

PREFIXO

SECRETARIA: _____
DEPARTAMENTO: _____
DIVISÃO: _____
SEÇÃO: _____
ENDEREÇO: _____ TELEFONE: _____
E-MAIL: _____

3. REQUERIMENTO

SENHOR(A) _____ VENHO REQUERER MINHA APOSENTADORIA NO
FUNDAMENTO LEGAL ABAIXO ESPECIFICADO:

(ESPECIFICAR A LEGISLAÇÃO PERTINENTE)

NESTES TERMOS,
PEDE DEFERIMENTO.

LOCAL E DATA: _____

ASSINATURA DO REQUERENTE

IDENTIFICAÇÃO

ANEXO II

NA CF/88, REDAÇÃO ORIGINAL

1) Art. 40, I

Por invalidez permanente, com proventos integrais

Decorrencia de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei.

2) Art. 40, I

Por invalidez permanente, com proventos proporcionais

Demais casos não estabelecidos para invalidez com proventos integrais.

3) Art. 40, II

Compulsória, com proventos proporcionais ao tempo de serviço

70 anos de idade

4) Art. 40, III, “a”

Voluntária, com proventos integrais

Homem – 35 anos de serviço

Mulher – 30 anos de serviço

5) Art. 40, III, “b”

Voluntária, com proventos integrais, para o Magistério

Homem – 30 anos de serviço

Mulher – 25 anos de serviço

6) Art. 40, III, “c”

Voluntária, com proventos proporcionais ao tempo de serviço

Homem – 30 anos de serviço

Mulher – 25 anos de serviço

7) Art. 40, III, “d”

Voluntária, por idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço

Homem – 65 anos de idade

Mulher – 60 anos de idade

➤ **TODAS AS CONDIÇÕES PARA ESSAS APOSENTADORIAS DEVEM TER SIDO COMPLETADAS ATÉ 16.12.1998.**

ANEXO III

NA EC 20/98 (REGRA PERMANENTE)

8) Art. 40, § 1º, I

Por invalidez permanente, com proventos integrais

Decorrencia de acidente em serviço, moléstia profissional, ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei.
--

9) Art. 40, § 1º, I

Por invalidez permanente, com proventos proporcionais

Demais casos não estabelecidos para invalidez com proventos integrais.
--

10) Art. 40, § 1º, II

Compulsória, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição

70 anos de idade.

11) Art. 40, § 1º, III, “a”

Voluntária, com proventos integrais

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • 10 anos de efetivo exercício no serviço público • 05 anos no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria • Homem: 60 anos de idade e 35 anos de contribuição • Mulher: 55 anos de idade e 30 anos de contribuição |
|--|

12) Art. 40, § 1º, III “b”

Voluntária, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • 10 anos de efetivo exercício no serviço público • 05 anos no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria • Homem: 65 anos de idade • Mulher: 60 anos de idade |
|--|

13) Art. 40, § 1º, III, “a”, c.c. § 5º

Voluntária, com proventos integrais, para o Magistério

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Tempo exclusivo no efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio. • Homem: 55 anos de idade e 30 anos de contribuição; • Mulher: 50 anos de idade e 25 anos de contribuição; • 10 anos de efetivo exercício no serviço público; • 05 anos no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria. |
|--|

ANEXO IV

NA EC 20/98 (REGRAS DE TRANSIÇÃO)**14) Art. 8º, “caput” da EC 20/98**

Voluntária, com proventos integrais

- Ingresso regular no serviço público em cargo efetivo até 16.12.98
- Homem: 53 anos de idade e 35 anos de contribuição
- Mulher: 48 anos de idade e 30 anos de contribuição
- 05 anos de efetivo exercício no cargo em que se deu a aposentadoria
- pedágio de 20% do tempo que, em 16.12.98, faltaria para completar os 35 ou 30 anos de contribuição

15) Art. 8º, § 1º da EC 20/98

Voluntária, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição

- Ingresso regular no serviço público em cargo efetivo até 16.12.98
- Homem: 53 anos de idade e 35 anos de contribuição
- Mulher: 48 anos de idade e 30 anos de contribuição
- 05 anos de efetivo exercício no cargo em que se deu a aposentadoria
- Homem: 30 anos de contribuição
- Mulher: 25 anos de contribuição
- Pedágio de 40% do tempo que, em 16.12.98, faltaria para completar os 30 ou 25 anos de contribuição

16) Art. 8º, “caput”, c.c. § 4º do mesmo artigo, da EC 20/98

Voluntária, com proventos integrais para o Magistério

- Ingresso regular no serviço público em cargo efetivo até 16.12.98;
- Tempo de efetivo exercício, exclusivamente, nas funções de magistério;
- 05 anos de efetivo exercício no cargo em que se deu a aposentadoria;
- Homem: 53 anos de idade e 35 anos de contribuição (acréscimo de 17% no tempo de serviço exercido até 16.12.98);
- Mulher: 48 anos de idade e 30 anos de contribuição (acréscimo de 20% no tempo de serviço exercido até 16.12.98);
- Pedágio de 20% do tempo que, em 16.12.98, faltaria para completar os 35 ou 30 anos de contribuição.

➤ PARA TODAS AS APOSENTADORIAS CONCEDIDAS SOB A ÉGIDE DA EC 20/98 OS PROVENTOS:

- **SERÃO CALCULADOS COM BASE NA REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR NO CARGO EFETIVO EM QUE SE DER A APOSENTADORIA**
- **NÃO PODERÃO EXCEDER A REMUNERAÇÃO DO RESPECTIVO SERVIDOR, NO CARGO EFETIVO EM QUE SE DEU A APOSENTADORIA**

➤ TODAS AS CONDIÇÕES PREVISTAS PARA ESSAS APOSENTADORIAS DEVEM TER SIDO COMPLETADAS ATÉ 31.12.2003.

ANEXO V

NA EC 41/03 (REGRA PERMANENTE)

17) Art. 40, § 1º, I, da CF/88, com redação dada pelas EC 20/98 e EC 41/03

Por invalidez permanente, com proventos integrais

Decorrencia de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei – Lei de aposentadoria por invalidez LM 13.383, de 03.07.02.
--

18) Art. 40, § 1º, I, da CF/88, com redação dada pelas EC 20/98 e EC 41/03

Por invalidez permanente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição

Demais casos não previstos para invalidez com proventos integrais.
--

19) Art. 40, § 1º, II, da CF/88, com redação dada pelas EC 20/98 e EC 41/03

Compulsória, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição

70 anos de idade

20) Art. 40, § 1º, III, “a”, da CF/88, com redação dada pelas EC 20/98 e EC 41/03

Voluntária, com proventos integrais

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • 10 anos de efetivo exercício no serviço público • 05 anos no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria • Homem: 60 anos de idade e 35 anos de contribuição • Mulher: 55 anos de idade e 30 anos de contribuição |
|--|

21) Art. 40, § 1º, III, “b”, da CF/88, com redação dada pelas EC 20/98 e EC 41/03

Voluntária, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • 10 anos de efetivo exercício no serviço público • 05 anos no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria • Homem: 65 anos de idade • Mulher: 60 anos de idade |
|--|

22) Art. 40, § 1º, III, “a”, c.c. § 5º, da CF/88, com redação dada pelas EC 20/98 e EC 41/03

Voluntária, com proventos integrais para o Magistério

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • 10 anos de efetivo exercício no serviço público • 05 anos no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria • Efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil, no ensino fundamental e médio • Homem: 55 anos de idade e 30 anos de contribuição • Mulher: 50 anos de idade e 25 anos de contribuição. |
|--|

- **CÁLCULO DOS PROVENTOS PELA MÉDIA. ASSEGURADO O REAJUSTE PARA CONSERVAÇÃO DO VALOR REAL. OS PROVENTOS NÃO PODERÃO EXCEDER A REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR NO CARGO EFETIVO EM QUE SE DEU A APOSENTADORIA.**
- **OS SERVIDORES QUE JÁ ESTAVAM NO SERVIÇO PÚBLICO EM 31.12.2003 PODEM OPTAR POR ESSAS REGRAS.**

ANEXO VI

NA EC 41/03 (REGRA de transição)

23) Art. 2º, e seu § 1º, da EC 41/03

Voluntária, com proventos calculados pela média

- Ingresso regular no serviço público em cargo efetivo até 16.12.98
- 05 anos de efetivo exercício no cargo em que se deu a aposentadoria
- Homem: 53 anos de idade e 35 anos de contribuição
- Mulher: 48 anos de idade e 30 anos de contribuição
- Pedágio de 20% do tempo que, em 16.12.98, faltaria para completar os 35 ou 30 anos de contribuição
- Redução para cada ano antecipado em relação ao limite de idade:
 3,5% para os que completarem as condições acima até 31.12.05
 5% para os que completarem as condições acima a partir de 01.01.06

Tabela de redução para concessão da aposentadoria pela regra de transição (art. 2º da EC 41/03)

1- Para qualquer servidor que completar os requisitos do art. 2º da EC 41/2003 até 31/12/2005

Idade homem/mulher	% a reduzir (3,5% a.a.)	% a receber
53/48	24,5%	75,5%
54/49	21%	79%
55/50	17,5%	82,5%
56/51	14%	86%
57/52	10,5%	89,5%
58/53	7%	93%
59/54	3,5%	96,5%
60/55	0%	100%

2- Para qualquer servidor que completar os requisitos do art. 2º da EC 41/2003 após 1º/01/2006

Idade homem/mulher	% a reduzir (5,0% a..a.)	% a receber
53/48	35%	65%
54/49	30%	70%
55/50	25%	75%
56/51	20%	80%
57/52	15%	85%
58/53	10%	90%
59/54	5%	95%
60/55	0%	100%

24) Art. 2º, e seu § 1º, c.c. § 4º do mesmo artigo, todos da EC 41/03

Voluntária, com proventos proporcionais para o Magistério (cálculo pela média, sem paridade)

- Ingresso regular no serviço público em cargo efetivo até 16.12.98
- 05 anos de efetivo exercício no cargo em que se deu a aposentadoria
- Homem: 53 anos de idade e 30 anos de contribuição
- Mulher: 48 anos de idade e 25 anos de contribuição
- Pedágio de 20% do tempo que, em 16.12.98, faltaria para completar os 30 ou 25 anos de contribuição
- Acréscimo na contagem de tempo exercido até 15.12.98, (para quem tenha ingressado regularmente, em cargo efetivo de magistério) no valor de:
- Homem: 17%;
- Mulher: 20%.
- Redução para cada ano antecipado em relação ao limite de idade (55/50 anos):
3,5% para os que completarem as condições acima até 31.12.05
5% para os que completarem as condições acima a partir de 01.01.06

Tabela de redução para concessão da aposentadoria pela regra de transição (art. 2º da EC 41/03)

1 – Para professores que completarem os requisitos do art. 2º da EC 41/2003 até 31/12/2005		
Idade homem/mulher	% a reduzir (3,5% a.a.)	% a receber
53/48	7%	93%
54/49	3,5%	96,5%
55/50	0%	100%
2 – Para professores que completarem os requisitos do art. 2º da EC 41/2003 após 1º/01/2006		
Idade homem/mulher	% a reduzir (5,0% a.a.)	% a receber
53/48	10%	90%
54/49	5%	95%
55/50	0%	100%

25) Art. 6º, “caput”, da EC 41/03

Voluntária, com proventos integrais

- Ingresso regular no serviço público em cargo efetivo até 31.12.03
- 20 anos de efetivo exercício no serviço público
- 10 anos de carreira
- 05 anos de efetivo exercício no cargo em que se deu a aposentadoria
- Homem: 60 anos de idade e 35 anos de contribuição
- Mulher: 55 anos de idade e 30 anos de contribuição

26) Art. 6º, “caput”, da EC 41/03, c.c. art. 40, § 5º, da CF/88, na redação da EC 20/98

Voluntária, com proventos integrais, para o Magistério

- Ingresso regular no serviço público em cargo efetivo até 31.12.03
- Efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio
- 20 anos de efetivo exercício no serviço público
- 10 anos de carreira
- 05 anos no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria
- Homem: 55 anos de idade e 30 anos de contribuição
- Mulher: 50 anos de idade e 25 anos de contribuição

➤ **OS PROVENTOS NÃO PODERÃO EXCEDER A REMUNERAÇÃO DO RESPECTIVO SERVIDOR, NO CARGO EFETIVO EM QUE SE DEU A APOSENTADORIA. (ART. 40, § 2º, CF/88, NA REDAÇÃO DAS EC/20/98 E 41/03)**

ANEXO VII

(ESPECIFICAR ÓRGÃO DE ORIGEM)

CERTIDÃO DE TEMPO COMPROBATÓRIA DA INCORPORAÇÃO/PERMANÊNCIA DE BENEFÍCIOS

Certificamos, para efeitos de aposentadoria do(a) servidor(a) _____, que os proventos serão compostos pelas gratificações/vantagens permanentes ou incorporadas abaixo discriminadas:

Nome _____

_____, registro funcional _____

I – DIREITOS E VANTAGENS:

CARGO EM COMISSÃO	REF.	PORTARIA	DATA DOM	DATA INÍCIO	DATA FIM	TEMPO
Total de tempo de exercício no cargo em comissão:						
Total de tempo no cargo de maior padrão:						
Observações:						

II – FUNÇÃO GRATIFICADA (FG)*:

FUNÇÃO GRATIFICADA	REF.	PORTARIA	DATA DOM	DATA INÍCIO	DATA FIM	TEMPO	LEGISLAÇÃO
Total de tempo de exercício em função gratificada:							
Observações:							

* o benefício da FG só será incorporado desde que previsto pela legislação específica.

III – DEMAIS GRATIFICAÇÕES/VANTAGENS INCORPORADAS:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	DATA DOM	DATA INÍCIO	DATA FIM	TEMPO	OBSERVAÇÕES

IV – VIDA FUNCIONAL:

Forma de ingresso	Título/Portaria	Data DOM	Cargo/Função	Data Início	Data Fim

V – AUTENTICAÇÃO/RESPONSABILIDADE PELAS INFORMAÇÕES:

Por ser verdade, firmamos a presente, sob as penas da lei.

Os dados foram extraídos/obtidos _____

Local e data _____

assinatura e identificação do responsável legal pela informação

ANEXO VIII - TABELA A
DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO DE APOSENTADORIA
Cálculo nos termos do § 3º DO ARTIGO 40 DA C.F.
Fundamento Legal: Artigo 40, § 1º, inciso _____ da Constituição Federal

Identificação do Servidor	
Nome:	RF:
Cargo/Função:	Padrão:

Mês/ano	REMUNERAÇÃO BASE PARA CONTRIBUIÇÃO				(-)Excesso Limite Legal	=Base de Cálculo	Fator de atualização	Remuneração Atualizada
jul/94						0		
ago/94						0		
set/94						0		
out/94						0		
nov/94						0		
dez/94						0		
jan/95						0		
fev/95						0		
mar/95						0		
abr/95						0		
mai/95						0		
jun/95						0		
jul/95						0		
ago/95						0		
set/95						0		
out/95						0		
nov/95						0		
dez/95						0		
jan/96						0		
fev/96						0		
mar/96						0		
abr/96						0		
mai/96						0		
jun/96						0		
jul/96						0		
ago/96						0		
set/96						0		
out/96						0		
nov/96						0		
dez/96						0		
jan/97						0		
fev/97						0		
mar/97						0		
abr/97						0		
mai/97						0		
jun/97						0		
jul/97						0		
ago/97						0		
set/97						0		
out/97						0		

nov/97						0		
dez/97						0		
jan/98						0		
fev/98						0		
mar/98						0		
abr/98						0		
mai/98						0		
jun/98						0		
jul/98						0		
ago/98						0		
set/98						0		
out/98						0		
nov/98						0		
dez/98						0		
jan/99						0		
fev/99						0		
mar/99						0		
abr/99						0		
mai/99						0		
jun/99						0		
jul/99						0		
ago/99						0		
set/99						0		
out/99						0		
nov/99						0		
dez/99						0		
jan/00						0		
fev/00						0		
mar/00						0		
abr/00						0		
mai/00						0		
jun/00						0		
jul/00						0		
ago/00						0		
set/00						0		
out/00						0		
nov/00						0		
dez/00						0		
jan/01						0		
fev/01						0		
mar/01						0		
abr/01						0		
mai/01						0		
jun/01						0		
jul/01						0		
ago/01						0		
set/01						0		
out/01						0		
nov/01						0		
dez/01						0		
jan/02						0		
fev/02						0		

mar/02						0		
abr/02						0		
mai/02						0		
jun/02						0		
jul/02						0		
ago/02						0		
set/02						0		
out/02						0		
nov/02						0		
dez/02						0		
jan/03						0		
fev/03						0		
mar/03						0		
abr/03						0		
mai/03						0		
jun/03						0		
jul/03						0		
ago/03						0		
set/03						0		
out/03						0		
nov/03						0		
dez/03						0		
jan/04						0		
fev/04						0		
mar/04						0		
abr/04						0		
mai/04						0		
jun/04						0		
jul/04						0		
ago/04						0		
set/04						0		
out/04						0		
nov/04						0		
dez/04						0		
						0		
						0		
						0		

$$\text{MÉDIA ARITMÉTICA SIMPLES} = \frac{\text{R\$SOMA(80\%MAIORES REMUNERAÇÕES)}}{\text{NÚMERO DE REMUNERAÇÕES CONSIDERADAS}}$$

Nos termos do disposto na Lei 10887 de 18 de julho de 2004, para cálculo do benefício de aposentadoria, deverá ser considerada a média aritmética simples das maiores remunerações utilizadas como base de contribuição do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% de todo o período contributivo desde julho de 1994 ou do início da fase de contribuição, se posterior, até a data da aposentadoria.

Obs.:

1- Remuneração: Considerar as parcelas integrantes da remuneração do servidor que serviram como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência.

2 - Atualização: Aplicar o índice de atualização divulgado mensalmente pelo MPS (obter no site do INSS).

3 - 80% das maiores remunerações (média aritmética simples): Ex.: O período de julho/94 a abril/04 é composto de 118 remunerações, destacar, neste caso, as 94 maiores (80%/118 levar em consideração apenas a parte inteira, desprezando-se a fração). Efetuar a somatória das 94 maiores remunerações e dividir por 94.

4 - Proventos: Comparar o valor apurado com a remuneração do servidor no cargo efetivo na atividade (Padrão de vencimento+vantagens incorporadas ou tornadas permanentes) e considerar a de menor valor.

5 - Aposentadoria Proporcional: Calcular a proporcionalidade ao tempo de contribuição, em dias, sobre o valor apurado no item 4(o menor).

6 - Eventuais **decisões judiciais** proferidas até a data da aposentadoria serão consideradas no cálculo dos proventos.

ANEXO VIII - TABELA B
DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO DE APOSENTADORIA
Cálculo nos termos do § 3º DO ARTIGO 40 DA C.F.
Fundamento Legal: artigo 2º da Emenda Constitucional 41/03

Identificação do Servidor	
Nome:	RF:
Cargo/Função	Padrão:

Mês/ano	REMUNERAÇÃO				(-)Excesso Limite Legal	=Base de Cálculo	Fator de atualização	Remuneração Atualizada
jul/94						0		
ago/94						0		
set/94						0		
out/94						0		
nov/94						0		
dez/94						0		
jan/95						0		
fev/95						0		
mar/95						0		
abr/95						0		
mai/95						0		
jun/95						0		
jul/95						0		
ago/95						0		
set/95						0		
out/95						0		
nov/95						0		
dez/95						0		
jan/96						0		
fev/96						0		
mar/96						0		
abr/96						0		
mai/96						0		
jun/96						0		
jul/96						0		
ago/96						0		
set/96						0		
out/96						0		
nov/96						0		
dez/96						0		
jan/97						0		
fev/97						0		
mar/97						0		
abr/97						0		
mai/97						0		
jun/97						0		
jul/97						0		
ago/97						0		
set/97						0		
out/97						0		

nov/97						0		
dez/97						0		
jan/98						0		
fev/98						0		
mar/98						0		
abr/98						0		
mai/98						0		
jun/98						0		
jul/98						0		
ago/98						0		
set/98						0		
out/98						0		
nov/98						0		
dez/98						0		
jan/99						0		
fev/99						0		
mar/99						0		
abr/99						0		
mai/99						0		
jun/99						0		
jul/99						0		
ago/99						0		
set/99						0		
out/99						0		
nov/99						0		
dez/99						0		
jan/00						0		
fev/00						0		
mar/00						0		
abr/00						0		
mai/00						0		
jun/00						0		
jul/00						0		
ago/00						0		
set/00						0		
out/00						0		
nov/00						0		
dez/00						0		
jan/01						0		
fev/01						0		
mar/01						0		
abr/01						0		
mai/01						0		
jun/01						0		
jul/01						0		
ago/01						0		
set/01						0		
out/01						0		
nov/01						0		
dez/01						0		
jan/02						0		
fev/02						0		

mar/02						0		
abr/02						0		
mai/02						0		
jun/02						0		
jul/02						0		
ago/02						0		
set/02						0		
out/02						0		
nov/02						0		
dez/02						0		
jan/03						0		
fev/03						0		
mar/03						0		
abr/03						0		
mai/03						0		
jun/03						0		
jul/03						0		
ago/03						0		
set/03						0		
out/03						0		
nov/03						0		
dez/03						0		
jan/04						0		
fev/04						0		
mar/04						0		
abr/04						0		
mai/04						0		
jun/04						0		
jul/04						0		
ago/04						0		
set/04						0		
out/04						0		
nov/04						0		
dez/04						0		

$$\text{MÉDIA ARITMÉTICA SIMPLES} = \frac{\text{R\$SOMA(80\%MAIORES REMUNERAÇÕES)}}{\text{NÚMERO DE REMUNERAÇÕES CONSIDERADAS}}$$

Nos termos do disposto na Lei 10887 de 18 de julho de 2004, para cálculo do benefício de aposentadoria, deverá ser considerada a média aritmética simples das maiores remunerações utilizadas como base de contribuição do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% de todo o período contributivo desde julho de 1994 ou do início da fase de contribuição, se posterior, até a data da aposentadoria.

Obs.:

1- Remuneração: Considerar as parcelas integrantes da remuneração do servidor que serviram como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência

2 - Atualização: Aplicar o índice de atualização divulgado mensalmente pelo MPS (obter no site do INSS)

3 - 80% das maiores remunerações (média aritmética simples): Ex.: O período de julho/94 a abril/04 é composto de 118 remunerações, destacar, neste caso, as 94 maiores (80%/118-levar em consideração apenas a parte inteira, desprezando-se a fração) Efetuar a somatória das 94 maiores remunerações e dividir por 94.

4 - Proventos: Comparar o valor apurado com a remuneração do servidor no cargo efetivo na atividade (Padrão de vencimento+vantagens incorporadas ou tornadas permanentes) e considerar a de menor valor.

5 - Aposentadoria nos termos do artigo 2º EC 41/03: a redução de 3,5%, para aquele que completar as exigências até 31/12/2005, ou 5%, para aquele que completar as exigências após 01/01/2006, por ano antecipado, deverá ser aplicada sobre o valor apurado no item 4.

Em nenhuma hipótese o valor dos proventos poderá ser inferior ao S.M. e superior a remuneração do cargo efetivo (padrão de vencimento + vantagens incorporadas ou tornadas permanentes na atividade). (verificar tabela de redução na cartilha)

6 - Eventuais **decisões judiciais** proferidas até a data da aposentadoria serão consideradas no cálculo dos proventos.

ANEXO VIII - TABELA C
DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO DE APOSENTADORIA
Fundamento Legal: Artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003

Identificação do Servidor	
Nome:	RF:
Cargo/Função:	Padrão:

VANTAGENS INCORPORADAS OU TORNADAS PERMANENTES	VALOR
TOTAL	
EXCESSO SOBRE LIMITE LEGAL	
PROVENTOS	

ANEXO VIII - TABELA E
DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO DE APOSENTADORIA
ARTIGO 8º, CAPUT, DA E.C. Nº 20/1998 - DIREITO ADQUIRIDO ATÉ 31/12/2003
Fundamento Legal: Artigo 3º da Emenda Constitucional nº 41/2003

Identificação do Servidor	
Nome:	RF:
Cargo/Função:	Padrão:

VANTAGENS INCORPORADAS OU TORNADAS PERMANENTES	VALOR
TOTAL	
EXCESSO SOBRE LIMITE LEGAL	
PROVENTOS	

OBS.: TEMPO CORRESPONDENTE A 35(H)/30(M) ANOS + PEDÁGIO ATÉ 31/12/2003

ANEXO VIII - TABELA G
DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO DE APOSENTADORIA
ARTIGO 40, § 1º, INCISO III DA CF/88, NA REDAÇÃO DA E.C. Nº 20/1998
- DIREITO ADQUIRIDO ATÉ 31/12/2003
Fundamento Legal: Artigo 3º da Emenda Constitucional nº 41/2003

Identificação do Servidor	
Nome:	RF:
Cargo/Função:	Padrão:
Direitos e vantagens do cargo de	Padrão:

VANTAGENS INCORPORADAS OU TORNADAS PERMANENTES	VALOR	PROVENTOS INTEGRAIS /PROPORAIONAIS %
TOTAL		
EXCESSO SOBRE LIMITE LEGAL		
PROVENTOS		

OBS : Tempo apurado até 31/12/2003, em dias

ANEXO IX
(ESPECIFICAR O ÓRGÃO DE ORIGEM)
(Especificar a Secretaria)

Título de Aposentadoria Nº _____

_____, no uso de suas atribuições legais em face do resolvido no processo nº _____
responsável legal

_____, com despacho publicado no DOM de _____, declarando aposentado(a) o(a)

servidor(a) abaixo identificado(a), expede o presente Título de Aposentadoria nas seguintes condições:

1. Identificação do(a) servidor(a)

Nome: _____ Registro Funcional: _____

Cargo/Função: _____ Tipo de cargo/função: _____

Padrão/Referência: _____

2. Fundamento Legal

Especificar o fundamento legal _____

3. Direitos e Vantagens especiais (se for o caso)

4. Composição dos proventos (se for o caso)

Local e data: _____

identificação do representante legal

ANEXO X
(ESPECIFICAR ÓRGÃO DE ORIGEM)

(Especificar a Secretaria)

Portaria Nº _____

Concede aposentadoria ao servidor(a).

_____, no uso de suas atribuições legais em face do resolvido no processo nº _____
responsável legal

_____.

RESOLVE

Conceder a aposentadoria por (especificar a natureza da aposentadoria) ao servidor(a) Nome _____,

Registro funcional _____, cargo/função _____, padrão/referência

_____, tipo de cargo/função _____, com proventos (especificar integrais/proporcionais), com

fundamento (especificar legislação), com direitos e vantagens (se for o caso) _____, sendo

os proventos compostos pelas seguintes parcelas (se for o caso) _____.

Local e data _____

assinatura e identificação do responsável legal

Publicada em ____/____/____

Carimbo e assinatura do responsável

ANEXO XI
(ESPECIFICAR O ÓRGÃO DE ORIGEM)
RELATÓRIO DE CONCESSÃO DE PENSÃO

Ao
 TCMSP
 Secretaria Geral

Em face das normas regulamentadoras editadas por esse Tribunal, elaboramos relatório de pensão para apreciação do Ato.

I – Identificação do servidor(a)	
Nome:	RF:
Cargo/Função:	Padrão:
Tipo de cargo/função:	Data de Nascimento:
Data do óbito:	Observação:

II – Identificação dos beneficiários			
NOME	GRAU DE PARENTESCO	DATA DE NASCIMENTO	% DA PENSÃO
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			

III – Cálculo do Benefício
<p>Base de cálculo da pensão:</p> <p>remuneração do servidor no cargo efetivo (padrão de vencimentos mais vantagens incorporadas ou tornadas permanentes);</p> <p>totalidade até R\$ 2.508,72, mais 70% sobre o valor excedente desse limite.</p>

IV – Informações finais**V – Autenticação/Responsabilidade pelas Informações**

Por ser verdade, firmamos o presente.

As informações encontram-se à disposição desse Tribunal para serem examinadas, se necessário.

Local e data: _____

assinatura e identificação do responsável legal pela informação